

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)
INSTITUTO DE FILOSOFIA (IFILO)
COORDENAÇÃO DO CURSO DE FILOSOFIA (COCFI)

BRUNA BEATRIZ BEATRIZ LEMES CARNEIRO

*As forças destrutivas do capital: o mito do desenvolvimento sustentável sob os auspícios do
neoliberalismo*

Uberlândia
2026

BRUNA BEATRIZ BEATRIZ LEMES CARNEIRO

As forças destrutivas do capital: o mito do desenvolvimento sustentável sob os auspícios do neoliberalismo

Trabalho de Conclusão de Curso ou
Dissertação ou Tese apresentado ao
Instituto de Filosofia (IFILO) da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Filosofia

Área de concentração: Filosofia

Orientador: Profa. Dra. Maria Socorro
Ramos Militão

Uberlândia-MG
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C289 2026	Carneiro, Bruna Beatriz Lemes, 1993- As forças destrutivas do capital: [recurso eletrônico] : o mito do desenvolvimento sustentável sob os auspícios do neoliberalismo / Bruna Beatriz Lemes Carneiro. - 2026. Orientadora: Maria Socorro Ramos Militão. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. 1. Filosofia. I. Militão, Maria Socorro Ramos, 1968-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Filosofia. III. Título. CDU: 1
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

BANCA EXAMINADORA

BRUNA BEATRIZ BEATRIZ LEMES CARNEIRO

As forças destrutivas do capital: o mito do desenvolvimento sustentável sob os auspícios do neoliberalismo

Banca de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia (IFILO) da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel(a) Filosofia

Uberlândia, 03 de agosto de 2026

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Socorro Ramos Militão (Orientadora)

Profa. Dra. Ana Maria Said (UFU)

Prof. Me. Luiz Paulo de Melo Costa (UNIFESP)

Dedico esse trabalho à minha avó (*in
memorian*), aos meus pais e meus irmãos,
Bruno, Amanda, Vanessa, Thiago e Heloísa.

AGRADECIMENTOS

A decisão em me dedicar ao estudo da filosofia e ao conhecimento, mesmo após me graduar no Curso de Serviço Social, foi uma escolha política que ultrapassa os meus anseios profissionais, se trata de uma tentativa de ultrapassar as limitações das condições materiais que se impõem independente da nossa própria vontade.

Diante de um mundo que exige uma formação cada vez mais tecnicista e fragmentada, em que a filosofia é cada vez mais menosprezada enquanto instância fundamental da nossa formação humana, me ocupar da filosofia significa, sobretudo, um processo de amadurecimento intelectual que não poderia ser realizado sem o apoio de inúmeras pessoas, às quais, dedico esse trabalho e direciono os meus mais sinceros agradecimentos.

Assim, agradeço aos meus pais que me mostraram a importância da educação e apoiaram a minha decisão de cursar uma segunda graduação, e aos meus irmãos, que são a minha inspiração para perseguir o sonho de um mundo melhor.

Agradeço imensamente à minha orientadora, a Prof^a. Dr^a. Maria Socorro Ramos Militão, pelas contribuições e por compartilhar os seus conhecimentos, pela confiança no meu trabalho e pelo acolhimento do tema de pesquisa objeto deste artigo.

Agradeço a professora Dr^a. Fabiane Previtali, pela generosidade com a qual me acolheu e acompanhou minha formação durante o mestrado na Educação e nas Ciências Sociais, e pela sua fundamental contribuição à minha formação e amadurecimento intelectual.

Deixo aqui registrada a minha mais profunda gratidão ao prof^o. Dr^o. Benjamin Xavier de Paula, que foi o fôlego necessário para a conclusão desta etapa de minha formação intelectual, agradeço ainda por todo o conhecimento compartilhado, pelos cafés e pelos ensinamentos que tanto contribuíram com a minha formação.

Agradeço também aos mestres que me iniciaram na formação em filosofia ainda no Curso de Serviço Social da Unesp/Franca e no Grupo de Estudos de Filosofia, Arte e Política (FIAPO), ao Gustavo e a Sandra, que foram as primeiras pessoas que me incentivaram a seguir o caminho pela trilha da filosofia e; aos professores que ao longo dessa trajetória foram de fundamentais para a minha formação, ao Grupo de Estudos Trabalho, Sociedade e Educação (GPTEs); ao Prof. Dr. Rafael Cordeiro e aos Grupos de Estudos de Teoria Crítica e Filosofia Social, e de Estudos Marxistas: Marx e Gramsci, que são espaços onde eu pude aprofundar meus estudos e aumentar o meu repertório intelectual.

Não posso deixar de agradecer à família que escolhemos no percurso da vida - àqueles que trouxe desde as terras paulistas - Rafael - que sempre me dizia para largar mão - e a

Cheliman pelo carinho, apoio e presença, tanto nos momentos de alegria, para comemorarmos nossas conquistas, quanto nos momentos de incertezas e inseguranças.

Aos afetos e as amizades que se tornaram uma grande família em solo mineiro: Bárbara, Laís, Mylena, Marcos, Pablo, Amanda Costa, Renato, Flávia, Evelyn, entre tantos outros que em alguma medida fizeram parte dessa trajetória e desse ciclo que se encerra. Meus mais sinceros agradecimentos por terem se tornado uma família para mim em terras uberlandenses.

À minha grande amiga e irmã que a vida me presenteou, Jaqueline Gomes, que mesmo à milhas e milhas de distância, sempre me apoiou. Uma amizade que nem a distância, tampouco o tempo, foi capaz de abalar.

Agradeço ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (IFILO/UFU) que me proporcionou uma formação de excelência, com mestres e doutores dedicados ao ensino, pesquisa e extensão, de forma articulada. Na UFU tive a oportunidade de participar de diversos espaços e projetos que foram fundamentais para a minha formação.

Agradeço à CAPES pelo financiamento ao Projeto de Doutorado, que possibilitou a minha dedicação exclusiva aos estudos e à finalização do Curso de Graduação em Filosofia, que é essencial para o desenvolvimento do curso de doutoramento, em andamento.

*E nesse mundo tem espaço para todos,
e a Terra é boa e rica
E pode sustentar a todos
O caminho da vida pode ser livre e lindo
(O Grande Ditador - Charles Chaplin).*

RESUMO

O colapso ambiental nos coloca diante do aumento das desigualdades econômicas, políticas e sociais, da ascensão do autoritarismo e da deterioração das condições de existência da vida humana e de outros seres vivos. Contraditoriamente, vivemos em sociedades que comportam o mais alto desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que rios invadem casas e histórias são soterradas em meio a desastres ambientais cada vez mais frequentes. Diante dessa problemática, a partir da década de 1970, a preocupação com a questão ambiental passa a ganhar maior repercussão em nível global. Desse contexto surge o conceito de sustentabilidade, amplamente difundido a partir da percepção de que o modelo econômico e a lógica do lucro infinito produzem graves impactos ambientais e sociais. É nesse cenário que se insere o objeto de estudo deste trabalho: o conceito de *sustentabilidade* e suas limitações na superação da crise ambiental contemporânea, à luz do legado de Karl Marx, Friedrich Engels e de importantes intérpretes marxistas. Diante disso, coloca-se o problema de compreender em que medida o conceito de *sustentabilidade*, apresentado como resposta à crise ambiental contemporânea, é capaz de enfrentar as determinações que produzem essa própria crise no interior do modo de produção capitalista. A pesquisa tem como hipótese que o conceito de sustentabilidade assume um caráter ideológico no contexto do neoliberalismo, voltado à manutenção da ordem vigente e, por isso, o chamado desenvolvimento sustentável se apresenta como uma proposta de reforma do sistema, isto é, como uma tentativa de resolução momentânea das crises ambientais, funcionando apenas como paliativo, porque estas medidas não enfrentam suas causas estruturais. Portanto, o objetivo principal deste trabalho é compreender como a proposta de sustentabilidade ambiental, apresentada como solução para as drásticas crises climáticas atuais, assumem um caráter ideológico e classista no século XXI. O trabalho estrutura-se em duas partes: (i) na fundamentação teórica da articulação entre três conceitos fundamentais para a compreensão da crise ambiental contemporânea — ideologia, alienação e natureza — a partir dos textos marxianos, especialmente *A Ideologia Alemã*, *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) e *O Capital*, e, (ii) na análise de que as crises econômicas, políticas e climáticas são inerentes ao modo de produção capitalista e se intensificam com a fragmentação da vida social promovida pelo ideário neoliberal, a partir da contextualização histórica e da análise crítica do conceito de sustentabilidade em seus aspectos econômicos, políticos e sociais. A perspectiva teórico-metodológica que orienta esta pesquisa, de caráter qualitativo, se fundamenta no legado marxiano e marxista e tem como método o materialismo histórico-dialético. Parte-se do pressuposto de que a crise ambiental não constitui um fenômeno isolado, mas é a expressão das contradições inerentes ao modo de produção burguês, o que permite apreender a realidade em sua totalidade, para além da aparência imediata dos fenômenos. Karl Marx e Friedrich Engels compreenderam as determinações históricas e sociais que configuram as sucessivas crises sistêmicas, bem como a mediação entre a relação do ser humano e a natureza pelo modo de produção da vida material. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de analisar a sustentabilidade não como um conceito puramente técnico, mas como um constructo atravessado por tensões de classe e contradições estruturais do capitalismo.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Neoliberalismo; Ideologia; Crise Ambiental.

ABSTRACT

The environmental collapse confronts us with rising economic, political, and social inequalities, the surge of authoritarianism, and the deterioration of the conditions for the existence of human life and other living beings. Contradictorily, we live in societies capable of the highest technological development, while rivers flood homes and lives and histories are buried amid increasingly frequent environmental disasters. Faced with this problem, starting in the 1970s, concern for the environmental issue gained greater global resonance. From this context emerged the concept of sustainability, widely spread through the perception that the economic model and the logic of endless profit generate severe environmental and social impacts. It is within this scenario that the object of study of this work is framed: the concept of sustainability and its limitations in overcoming the contemporary environmental crisis, in light of the legacy of Karl Marx, Friedrich Engels, and key Marxist scholars. In light of this, the problem arises to understand to what extent the concept of sustainability—presented as a response to the contemporary environmental crisis—is capable of addressing the very determinations that produce this crisis within the capitalist mode of production. The hypothesis of this research is that the concept of sustainability assumes an ideological character in the context of neoliberalism, aimed at maintaining the existing order; thus, so-called sustainable development presents itself as a proposal for systemic reform—a temporary attempt to resolve environmental crises that functions merely as a palliative because these measures do not tackle their structural causes. Therefore, the main objective of this work is to understand how the proposal for environmental sustainability, presented as a solution to current drastic climate crises, assumes an ideological and class-based character in the 21st century. The work is structured into two parts: (i) the theoretical foundation of the articulation between three fundamental concepts for understanding the contemporary environmental crisis—ideology, alienation, and nature—based on Marxian texts, especially *The German Ideology*, *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, and *Capital*; and (ii) the analysis showing that economic, political, and climate crises are inherent to the capitalist mode of production and intensify with the fragmentation of social life promoted by neoliberal ideology, drawing from historical contextualization and critical analysis of the concept of sustainability in its economic, political, and social aspects. The qualitative, theoretical-methodological perspective guiding this research is grounded in the Marxian and Marxist legacy, employing historical-dialectical materialism as its method. It proceeds from the assumption that the environmental crisis is not an isolated phenomenon, but rather the expression of inherent contradictions of the bourgeois mode of production, allowing for the grasp of reality in its totality beyond the immediate appearance of phenomena. Karl Marx and Friedrich Engels understood the historical and social determinations shaping successive systemic crises, as well as the mediation between human relations and nature through the mode of producing material life. The choice of this topic is justified by the need to analyze sustainability not as a purely technical concept, but as a construct shaped by class tensions and structural contradictions of capitalism.

Keywords: Sustainability; Neoliberalism; Ideology; Environmental Crisis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
 1. A RELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA, ALIENAÇÃO E NATUREZA EM MARX E ENGELS E A CRÍTICA À <i>SUSTENTABILIDADE</i>	 <i>15</i>
 2 <i>AS FORÇAS DESTRUTIVAS DO CAPITAL: O MITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB OS AUSPÍCIOS DO NEOLIBERALISMO</i>	 <i>26</i>
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 37
 REFERENCIAS.....	 41

INTRODUÇÃO

Atualmente, a humanidade enfrenta inúmeros desafios, incluindo a crise ambiental que se manifesta em eventos climáticos extremos sem precedentes: incêndios florestais, chuvas torrenciais, ondas de calor seguidas de quedas drásticas de temperatura, cujos efeitos já fazem parte do nosso cotidiano e dominam as notícias diárias, as redes sociais e inúmeros meios de comunicação de massa. O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) evidencia que as mudanças climáticas provocadas pela ação humana já têm produzido alterações observáveis no sistema climático e aumentado a frequência e/ou intensidade de diversos eventos extremos, com impactos crescentes sobre as populações e os ecossistemas (IPCC, 2023). Logo, o colapso ambiental pode aprofundar desigualdades econômicas e sociais preexistentes, já que populações socialmente vulneráveis estão, em geral, mais expostas aos riscos ambientais e possuem menor capacidade de adaptação e recuperação diante de seus impactos (IPCC, 2022). Ademais, as mudanças climáticas constituem uma ameaça às condições fundamentais de existência humana, afetando direitos relacionados à vida, à saúde, à alimentação e a um padrão adequado de vida (Burger; Wentz, 2015).

Contraditoriamente, vivemos em sociedades que comportam o mais alto desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que os rios invadem casas, destroem vidas e soterram histórias em meio aos desastres naturais. É nesse cenário que se coloca o objeto de estudo deste trabalho: analisar o conceito de *sustentabilidade*, amplamente difundido desde meados da década de 1970 e, posteriormente consolidado no debate sobre *desenvolvimento sustentável*.

Durante os séculos XIX-XX, o crescimento industrial resultou na consolidação do modo de produção capitalista e o seu desenvolvimento, na fase monopolista, que se baseou no *American way of Life*¹, desencadeou o aumento do consumo e a exploração da natureza, que, desde então, acentuam diversos problemas como a poluição, o desmatamento, o esgotamento dos recursos naturais essenciais e as desigualdades sociais, que atingem as populações mais vulneráveis. A relação entre expansão econômica, industrialização, crescimento populacional, consumo de recursos e geração de poluição já havia sido objeto de análise sistemática no

¹ Modo de vida norte americano, assimilado no período entreguerras, baseada nos ideais do liberalismo e do consumismo e que se colocaria como modo de vida universal, a ser seguido pelas nações capitalistas.

relatório *The Limits to Growth*, publicado em 1972 pelo Clube de Roma, que chamou atenção para os limites físicos do crescimento econômico em um planeta finito (Meadows *et al.*, 1972).

Na perspectiva marxista, a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a consequente degradação das condições naturais de produção, são objeto de análise de autores que, a partir da obra de Marx, destacam a existência de uma relação metabólica entre sociedade e natureza e as rupturas produzidas pelo modo de produção burguês (O'Connor, 1992, Foster, 1999a, 1999b, 2023; Löwy, 2013, 2014; Burkett, 1999; Moore, 2016; Saito, 2020). Desde então, a superação da crise ambiental tornou-se um dos grandes desafios inadiável da humanidade. Por isso, nos anos 1970, cresceu a preocupação com a questão ambiental em todo o mundo e, como solução paliativa para a sua resolução dos problemas ambientais, criou-se a concepção de *sustentabilidade*, que foi amplamente difundida ante a percepção de que o modelo econômico e a lógica do lucro infinito, causam graves impactos ambientais e sociais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, constitui um marco na institucionalização internacional da questão ambiental, ocorrendo no mesmo período em que estudos como *The Limits to Growth* (1972) problematizavam os efeitos do crescimento econômico e da exploração dos recursos naturais sobre o futuro da humanidade (Meadows *et al.*, 1972). Posteriormente, a noção de *desenvolvimento sustentável* ganhou ampla projeção internacional com o relatório *Our Common Future*, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987, que definiu o *desenvolvimento sustentável* como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1987).

Nesse processo, a concepção de *sustentabilidade* passou a ocupar posição central no debate internacional sobre a relação entre desenvolvimento econômico, sociedade e meio ambiente. À vista disso, a pesquisa apresenta como hipótese a ideia de que o conceito de *sustentabilidade* ou *desenvolvimento sustentável*, comporta um caráter ideológico no contexto do neoliberalismo, já que não visa erradicar os graves problemas ambientais gerados pelo *modus operandi* do modo de produção capitalista, mas apenas mantê-lo. Na verdade, o que a *sustentabilidade* sob o domínio do capital propõe é reforma do sistema, uma tentativa de resolução momentânea do grave problema ambiental, um paliativo temporário que não resolve a crise. E isso porque, as discussões sobre as crises ambientais sequer questionam as bases estruturais do problema que é gestado pela própria estrutura do sistema capitalista, contrariamente a isso, este discurso legitima a ordem econômica existente.

A pesquisa se justifica tendo em vista que a *sustentabilidade* na Era do neoliberalismo é divulgada como uma responsabilidade individual e, por isso mesmo, está presente em uma série de políticas e reformas recomendadas pelos organismos internacionais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU)², sem alterar o modo como a humanidade produz e reproduz a vida e as relações sociais. Estas recomendações tentam equilibrar três dimensões da vida - econômica, social e ambiental -, alardeando a ideia de que basta utilizar os recursos naturais com responsabilidade para garantir o bem-estar humano e a habitabilidade do planeta às gerações futuras, sem, contudo, questionar as causas estruturais que geram a crise ambiental.

Essas recomendações estão presentes, por exemplo, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, que estabeleceu 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, que articulam as dimensões econômicas, sociais e ambientais em uma agenda global de desenvolvimento (ONU, 2015). Seus objetivos se relacionam simultaneamente ao crescimento econômico, à redução das desigualdades, à proteção ambiental, à produção e ao consumo sustentáveis e ao combate às mudanças climáticas (ONU, 2015). E é justamente essa articulação que coloca a necessidade de uma análise crítica acerca dos limites dessa concepção, sobretudo, quando considerada a partir das determinações estruturais do modo de produção capitalista.

A ideia de desenvolvimento sustentável, presente no conceito de sustentabilidade, quer sustentar um modo de vida que é em si, insustentável a médio e longo prazo, embora as ameaças às condições de possibilidade de existência das mais diversas formas de vida, já estejam presentes, na atualidade. O agravamento da crise climática e a perda de biodiversidade evidenciam que os problemas ambientais não constituem apenas ameaças futuras, mas processos já em curso, com impactos sobre os sistemas naturais e as condições de vida das populações (IPCC, 2023; PNUMA, 2020). Por isso, é importante submeter tal concepção à análise crítica, a fim de demonstrar a sua íntima vinculação à estrutura e superestrutura capitalista e que visa, tão somente, manter o modo de viver, ser e produzir vigente.

Para tanto, o trabalho estrutura-se em duas partes: (i) na fundamentação teórica da articulação entre três conceitos essenciais para compreender a crise ambiental contemporânea - ideologia, alienação e natureza -, a partir d'*A ideologia alemã* (1845-1846), *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) e *O capital* (1867) e; (ii) na demonstração de que as crises

² A Organização das Nações Unidas (ONU), é uma organização internacional criada em 1945, voltada à promoção da paz, cooperação internacional, direitos humanos, desenvolvimento sustentável e de relações amistosas entre as nações (ONU, 2025). O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criado em 1972, é a principal autoridade ambiental global, que monitorar a saúde do meio ambiente, desenvolve acordos ambientais internacionais e coordena respostas às questões ambientais no âmbito da ONU.

econômicas, políticas e climáticas são inerentes ao modo de produção capitalista e se intensificam com a fragmentação da vida social promovida pela assimilação do ideário neoliberal, o que exige a contextualização histórica e a análise crítica da concepção de sustentabilidade e de seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

A perspectiva teórico-metodológica que orienta esta pesquisa, de caráter qualitativo, é o *materialismo histórico-dialético*, fundamentado no legado marxiano e engelsiano, e marxista. Parte-se do pressuposto de que a crise ambiental não constitui um fenômeno isolado, mas é fruto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, por isso, buscando apreendê-la em sua totalidade, na realidade, utilizamos o método permite de Marx e Engels. E isso porque, eles são os filósofos que melhor compreenderam as determinações históricas e sociais, que configuram as recorrentes crises sistêmicas e demonstram que a relação entre o ser humano e a natureza, é mediada pelo modo de produção da vida material (Marx; Engels, 2007; Marx, 2013; Marx, 2017). A escolha desse método se justifica pela necessidade de analisar a sustentabilidade não como conceito puramente técnico, mas como um constructo atravessado por tensões de classe e pelas contradições estruturais do modo de produção burguês.

Para a realização dos objetivos, elegemos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, centrada na exegese de conceitos fundamentais dos textos marxianos: *ideologia e alienação*, articulados à relação do ser humano com a natureza, constantes nas obras *Ideologia alemã* (1845-6), *Manuscritos econômico-Filosóficos* (1844) e *O capital* (1867). Essa base teórica nos possibilita entender como o princípio da propriedade privada promove a *ruptura metabólica* entre o ser humano e a natureza, e aprofunda o processo de alienação dos sujeitos na Era do capitalismo altamente desenvolvido. A categoria de ruptura metabólica, desenvolvida na tradição marxista contemporânea a partir da análise de passagens da obra de Marx sobre a relação entre sociedade e natureza, foi sistematizada de maneira particularmente influente por John Bellamy Foster, que relaciona a crítica marxiana da economia política à questão ecológica (Foster, 1999, 2023).

Essa mesma base teórica nos permite evidenciar, na segunda seção da pesquisa, como o conceito de *sustentabilidade* assume um caráter ideológico no interior do neoliberalismo e se apresenta como um meio de manutenção do modelo de sociedade vigente e como uma ferramenta que encobre a crise ambiental produzida pelo próprio sistema. Sob essa perspectiva, examina-se o conceito de sustentabilidade a partir dos pressupostos que marcaram sua origem na década de 1970, período em que cientistas e instituições internacionais já alertavam para os impactos do crescimento econômico, da industrialização e da sociedade de consumo sobre o equilíbrio ambiental (Meadows *et al.*, 1972). Analisa-se, ainda, como esse conceito foi

posteriormente ressignificado no debate internacional sobre desenvolvimento, especialmente a partir do *Relatório Brundtland* (CMMAD, 1987) e, posteriormente, da Agenda 21 e da Agenda 2030 (ONU, 1992; ONU, 2015). Por meio dessa análise histórico-crítica, busca-se compreender como a sustentabilidade passa a operar como um instrumento ideológico que, em vez de questionar as raízes estruturais das crises sistêmicas e ambientais, contribui para a manutenção e a reprodução do modo de produção capitalista.

1. *A relação entre ideologia, alienação e natureza em Marx e Engels e a crítica à sustentabilidade*

Diante do agravamento da crise ambiental, o conceito de *sustentabilidade* difundiu-se e passou a orientar políticas e propostas de desenvolvimento sustentável, voltadas para uma suposta adaptação às mudanças climáticas produzidas pela exploração capitalista. Em outras palavras, essas propostas apresentam-se como soluções técnicas e imediatistas para enfrentar os frequentes eventos climáticos extremos, que ceifam vidas e deixam rastros de destruição, afetando de forma desproporcional as populações mais pobres, por serem as mais vulneráveis aos impactos desses eventos³. Apesar de sua importante contribuição para a compreensão do desenvolvimento das sociedades capitalistas industriais, a filosofia de Marx e Engels ainda parece ser incompreendida por grande parte da sociedade, sendo muitas vezes desconsiderada como chaves de leitura da realidade social devido aos ataques e as perseguições sumárias ao longo da história das ideias de Marx e de intelectuais marxistas.

Ao longo do desenvolvimento das sociedades capitalistas, o pensamento marxista foi sistematicamente desqualificado, enquanto muitos intelectuais marxistas foram perseguidos por ditaduras e regimes autoritários em diferentes partes do mundo, em contextos marcados pelas disputas imperialistas, pela repressão política, pelas guerras e pelo aprofundamento da miséria social. Os defensores da ordem capitalista desqualificaram e perseguiram intelectuais marxistas, trabalhadores e trabalhadoras justamente porque as análises de Marx constituem uma

³ A exemplo de uma das maiores enchentes dos últimos tempos, ocorrido no Rio Grande do Sul, em 2024: Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/06/26/deslizamentos-de-terra-na-enchente-de-2024-no-rs-foram-maior-evento-de-movimentos-de-massa-da-historia-no-brasil-aponta-estudo.ghtml>>. O Relatório Anual de 2025 do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) alerta que “As mudanças climáticas estão intensificando tantos eventos de chuva extremas quanto períodos de seca. E [ressalta] a necessidade de [...] ações de adaptação e de resiliência climática em todos os níveis de governo” (Cemaden, 2025, p. 40). Disponível em: <<https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/estado-do-clima-extremos-de-clima-e-desastres-no-brasil/estado-do-clima-extremos-de-clima-e-desastres-no-brasil-02-2026/relatorioclimaextremosdesastresbrasil2025.pdf>>.

chave de interpretação da realidade social e uma teoria capaz de revelar aquilo que a ideologia capitalista tende a ocultar: o caráter histórico e socialmente determinado das relações sociais de produção e, conseqüentemente, a possibilidade de sua transformação radical, do modo como os seres humanos vivem e se relacionam com o mundo à sua volta.

Muitos de seus detratores⁴, ideólogos do sistema capitalista, quando não apenas ignoram ou ocultam o método marxiano de análise do modo de produção capitalista e os problemas decorrentes da maneira como se organiza a vida produtiva neste sistema, fazem ataques diretos, como Hayek, um dos principais precursores do neoliberalismo e declaradamente oponente intelectual do socialismo e do pensamento marxista, como se pode observar nas obras *O Caminho da Servidão* (1990) e *A Arrogância Fatal: Os Erros do Socialismo* (1988). Na mesma direção de defesa intransigente e crença cega no sucesso das sociedades capitalistas, a posição de Keynes diante do pensamento marxista aparece de maneira explícita em seus *Essays in Persuasion*, um conjunto de conferências dadas por ele na década de 1930. Em *A Short View of Russia* (1931), ele rejeita a centralidade atribuída à obra de Marx pelo comunismo soviético, referindo-se ao que considera um “tratado econômico obsoleto” e “cientificamente equivocado”. Ele se pergunta:

como posso aceitar uma doutrina que estabelece como sua bíblia, acima e além de qualquer crítica, um tratado econômico obsoleto que considero não apenas cientificamente equivocado, mas também sem interesse ou aplicação para o mundo moderno?” Como posso adotar um credo que, preferindo a lama ao peixe, exalta o proletariado rude acima da burguesia e da *intelligentsia* que, com todas as suas falhas, constituem a qualidade da vida e certamente carregam as sementes de todo o progresso humano? Mesmo que precisemos de uma religião, como podemos encontrá-la no entulho turvo das livrarias vermelhas?⁵ (keynes, 1931, p. 300 - tradução nossa)

Ao mesmo tempo, Keynes rejeita as análises de Marx sobre o modo de produção capitalista e a necessidade da revolução como instrumento de transformação econômica, afirmando que não haveria, em termos teóricos, nenhuma melhoria econômica para a qual a Revolução constituísse um instrumento necessário. A forma com que Keynes combatia o comunismo evidencia que naquele contexto histórico, sobretudo com a Revolução de 1917, o

⁴ Autores como Hayek e Keynes, defensores dos ideais burgueses, buscavam combater e desqualificar as ideias e contribuições de Marx para a análise do modo de produção capitalista, em especial a defesa dos trabalhadores.

⁵ How can I accept a doctrine which sets up as its bible, above and beyond criticism, an obsolete economic textbook which I know to be not only scientifically erroneous but without interest or application for the modern world? How can I adopt a creed which, preferring the mud to the fish, exalts the boorish proletariat above the bourgeois and the intelligentsia \who, with whatever faults, are the quality in life and surely carry the seeds of all human advancement? Even if \ve need a religion, how can we find it in the turbid rubbish of the Red bookshops? (Keynes, 1931, p. 301)

declínio da ordem hegemônica era uma ameaça real. Deste modo, compreendemos que, por enxergar a possibilidade real de uma revolução, Keynes combatia fervorosamente o comunismo e as concepções marxianas e marxistas conforme deixa explícito quando afirma que “Odiamos tanto o comunismo, considerado como uma religião, que exageramos sua ineficiência econômica; e ficamos tão impressionados com sua ineficiência econômica que o subestimamos como religião⁶” (Keynes, 1931, p. 306, tradução nossa).

Mais adiante em *Am I a Liberal?*, ele ainda afirma que “Posso ser influenciado pelo que me parece ser justiça e bom senso; mas a luta de classes me encontrará ao lado da burguesia instruída”⁷ (Keynes, 1931, p. 324, tradução nossa). No entanto, mesmo com toda a perseguição ao pensamento marxiano, suas ideias sobreviveram ao tempo. Inúmeros são os estudos sobre o legado de Marx e Engels, o que evidencia as suas imprescindíveis contribuições para a análise da estrutura e superestruturas capitalistas, uma vez que ainda hoje a “história da sociedade é a história da luta de classes” (Marx, 2010). Os entusiastas da nova ordem econômica, cegos pela ideia de progresso que se erguia com o declínio das sociedades feudais absolutistas, fundada no pressuposto da propriedade privada, não viam que suas próprias concepções eram por si mesmas ideológicas, tal como Marx e Engels mostram na obra *Ideologia Alemã* (1845-46), onde elaboram uma contundente crítica ao idealismo hegeliano e ao materialismo de Feuerbach,

Não nos daremos ao trabalho de esclarecer a nossos sábios filósofos que eles não fizeram a “libertação” do homem avançar um único passo ao terem reduzido a filosofia, a teologia, a substância e todo esse lixo à autoconsciência, e ao terem libertado o homem da dominação dessas fraseologias, dominação que nunca o manteve escravizado. Nem lhe explicaremos que só é possível conquistar a libertação real no mundo real e pelo emprego de meios reais, que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor, nem a servidão sem a melhora da agricultura e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de suprir suas necessidades mais elementares. A libertação é um ato histórico, e não um ato do pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, é novamente eliminado quando se encontram suficientemente desenvolvidos (Marx; Engels, 2007 p, 29).

Neste sentido, para os autores da *Ideologia Alemã*, a *liberdade* exige a superação da necessidade, o que nunca ocorreu nos lugares onde o capitalismo prosperou. A *igualdade* tampouco pôde ser realizada ao longo da história da sociedade burguesa, pois não há como

⁶ We hate Communism so much, regarded as a religion, that we exaggerate its economic inefficiency; and we are so much impressed by its economic inefficiency that we underestimate it as a religion (Keynes, 1931, p. 306).

⁷ “I can be influenced by what seems to me to be Justice and good sense; but the Class war will find me on the side of the educated bourgeoisie” (Keynes, 1931, p. 324).

nascer a igualdade da desigualdade, o fundamento das sociedades de classes e, a *fraternidade* e a *solidariedade*, propaladas pela *Revolução Francesa*, não passaram de palavras vazias, uma promessa ainda longe de ser realizada. Os autores mostram como as ideias das classes dominantes legitimam uma nova ordem econômica-social com base em promessas abstratas e interesses particulares, pois, como se viu as sociedades capitalistas são marcadas pelo individualismo, por uma noção alienada de indivíduo que legitimou a exploração do ser humano e da natureza. As suas análises sobre a relação entre a ideologia e a produção da vida material, permitiram a construção do método de Marx e Engels, que veio a ser denominado pela tradição marxista como “materialismo histórico-dialético”.

É a partir da concepção marxiana e marxista que podemos compreender a relação entre ideologia, alienação e natureza, essencial para entender que as acepções de *sustentabilidade* e de *desenvolvimento sustentável*, amplamente difundidas no século XXI assumem um caráter ideológico. É dessa compreensão da relação entre as ideias e as condições materiais de existência que se torna possível deslocar a análise das representações produzidas pelas sociedades capitalistas para as próprias relações sociais que lhes dão sustentação. Com base no individualismo, derivado de uma concepção de indivíduo alienada e na exploração generalizada, se inscreve a história da “riqueza das nações” de capitalismo avançado, simultaneamente à história da miséria e do genocídio de povos e nações do sul global, subjugados historicamente pelo colonialismo e pelo imperialismo.

É nesse sentido que a relação entre alienação e ideologia permite compreender como, estando o ser humano alienado em todas as dimensões de sua vida social - da natureza, do trabalho, de sua atividade e do gênero humano -, a realidade é apresentada de forma invertida pela ideologia. Não como se as ideias fossem resultado da realidade material, mas como se a realidade material fosse um produto da ideia. É essa inversão que Marx e Engels (2007, p. 94) expressam por meio da metáfora da “câmara escura”, ao afirmarem: “e se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico”.

Sob o crivo da ideologia, toda contradição desaparece, como se fosse um mero desvio. A realidade material e as relações sociais que a constituem deixam de aparecer como resultado de processos históricos determinados e passam a ser apreendidas como naturais, universais e imutáveis. Assim, a “câmara escura” expressa precisamente essa inversão: aquilo que é produzido historicamente pelas relações sociais aparece como se fosse independente delas, enquanto as ideias produzidas no interior dessas relações aparecem como se fossem capazes de

produzir a própria realidade. Contra essa inversão, Marx elabora sua crítica ao idealismo hegeliano, afirmando que, nele, as transformações sociais não aparecem como resultado de processos históricos, mas como produto da ideia e do *Espírito Absoluto*, que se realiza no Estado pela exteriorização da razão. Por isso, Marx enuncia no *Prefácio de Contribuição à crítica da economia política* (1859), que

[...] as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela assim chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de ‘sociedade civil’ (Marx, 2008, p. 47).

Mais à frente, no mesmo texto, complementa:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, e independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a superestrutura colossal (Marx, 2008 p. 47).

Portanto, as ideias são produzidas a partir da realidade material, são representações e produto das condições de produção da vida material, pois, é na produção de sua existência que a humanidade entra em relações com a natureza e com os outros humanos a partir das forças produtivas materiais existentes. A totalidade das relações de produção e as forças produtivas constituem a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se eleva uma *superestrutura*, jurídica, política e ideológica que corresponde às formas de consciência. Portanto, Marx entende que as ideias dominantes de uma época são as ideias daqueles que dominam a base material, e para compreender as ideias vigentes em cada momento é preciso investigar as transformações ocorridas na base econômica.

Pois, elucida Marx (2008, p. 47), “a transformação material das condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas e artísticas ou filosóficas” ocorre quando a humanidade “toma consciência do conflito nas relações de produção existentes” e do grau de

desenvolvimento das forças produtivas. Porém, o fato elementar sobre o modo como o homem produz seus meios de existência, foi desprezado pelos idealistas alemães, que não se questionaram sobre a relação entre suas críticas e o modo como se produz a vida material, por isso, no prólogo da obra *Para a questão judaica*⁸ Netto (2009, p. 10), relembra que

Na entrada do século XIX, a situação da Alemanha foi caracterizada como sendo miserável - caracterização divulgada mediante a expressão *miséria alemã*. Não se tratava apenas de penúria material da massa da população: tratava-se, antes, da situação sociopolítica alemã. [Assim,] enquanto a Inglaterra tornava-se a oficina do mundo, desenvolvendo a sua indústria moderna, e na França já se instalava a manufatura, a Alemanha continuava sendo um país essencialmente rural, com três quartos dos seus 23 milhões de habitantes vivendo no campo, numa economia de base inteiramente agrária. Todavia, o mais importante dado da miséria alemã era o atraso das suas instituições sociopolíticas. Enquanto a Inglaterra e a França liquidaram o *Ancien Régime*, praticamente só uma das unidades políticas da Alemanha, a Renânia, experimentou um processo de modernização: sob a ocupação napoleônica, após o destroçamento do exército prussiano em Iena, desagregou-se o velho Santo Império Romano Germânico e a Confederação Renana.

Decerto, os idealistas alemães conheciam as mazelas da realidade social alemã, mas as desconsideraram, priorizando a análise desta situação a partir das ideias, da consciência ou do pensamento filosófico, tornando a ideia a força motriz de toda a história, sendo os filósofos seus portadores. Assim, as contradições próprias das sociedades de classes podem ser solucionadas por meio da razão, como um ato do pensamento. Diferente do idealismo hegeliano que via a história universal apenas como produto da ideia de ilustres filósofos, Marx e Engels a viam como fruto de uma cisão que tem o seu princípio fundamental no desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção, e na *alienação*⁹ das condições materiais que o ser humano necessita para realizar o seu *ser*, a propriedade, que é a fonte da acumulação de riquezas gerada pela divisão do trabalho¹⁰. Mas esta divisão da produção capitalista difere de outros modos de organização social, porque tem como fundamento central a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material. Os idealistas se colocam como portadores da história universal, desprezando a relação de suas ideias com o modo de produzir a vida material. Desde então,

⁸ Na resenha de *Para a questão judaica* (*Zur Judenfrage*) (1843), Marx critica duas intervenções que Bauer publicou nos números 275 e 274 do periódico editado por Ruge em Leipzig, *Deutsche Jahrbücher für Wissenschaft und Kunst* (Anais alemães de Ciência e arte), *Die Judenfrage* (A questão judaica) e o artigo *Die Fähigkeit der heutigen Juden und Christen, frei zu werden* (A capacidade dos judeus e cristãos hodiernos para se tornarem livres) (Netto, 2009, p. 10). Resenha que marcou a separação teórico-ideológica entre Marx e Bauer, embora, a crítica mais severa a Bauer se acentue nas obras “*Sagrada família*” (1844) e na “*Ideologia alemã*” (1845-46).

⁹ A propriedade privada, a divisão do trabalho (por sexo, material e intelectual) e a alienação são idênticos, e até a expropriação das condições elementares de produção e reprodução da vida humana são fruto da alienação.

¹⁰ Na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), de Engels, vemos como diferentes civilizações e modos de produção tiveram, em alguma medida, uma certa divisão do trabalho de variadas formas.

a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da *práxis* existente, representar algo sem representar algo real - a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’. Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa moral etc., entrem em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes (Marx; Engels, 2007, pp. 35-36).

Para eles, as contradições postas pela divisão do trabalho se baseiam principalmente na divisão natural do trabalho no interior da família e na separação de diversas famílias opostas umas às outras. Na família reside o embrião da propriedade privada, uma vez que a mulher e os filhos se tornam propriedade do homem nas sociedades patriarcais, por isso, Marx e Engels (2007, p. 37) afirmam que “a divisão do trabalho e da propriedade privada são expressões idênticas - numa é dito em relação à própria atividade, aquilo que noutra é dito em relação ao produto da atividade”. Nesta organização da produção, os interesses das famílias entram em contradição com o interesse coletivo, os quais se relacionam mutuamente, daí ressaltarem que

a divisão do trabalho nos oferece o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e existe a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade não está dividida de forma voluntária, mas de forma natural, a própria atividade torna-se um poder que lhes é estranho, que é a ele contraposto, que subjuga o homem em vez de ser por ele dominado (Marx; Engels, 2007, p. 37).

A partir disso, entendem que a divisão do trabalho possibilita que as atividades material e intelectual - trabalho e fruição, produção e consumo - caibam a indivíduos diferentes, condição que se manifesta nas contradições próprias do mundo capitalista, sendo o Estado a realização racional dos antagonismos do sistema vigente, resultado da tensão existente entre as classes dos proprietários e a dos não proprietários¹¹. A única forma de esses diferentes momentos não entrarem em contradição é mediante a supressão da divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção. Pois é exatamente

dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [*realen*] dos laços existentes em cada conglomerado familiar, tais como laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses - e, em especial - fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho que se isolam em cada um desses aglomerados e em meio aos quais uma classe domina as outras. Daí segue-se que a todas as lutas

¹¹ A existência do proprietário implica a existência do não proprietário, que é reduzido à condição de mercadoria, e essa é a contradição mais elementar da sociedade capitalista.

no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., não são mais do que formas ilusórias - em geral, a forma ilusória da comunidade - nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes, [...] e além disso, segue-se que toda classe que almeja à dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político e apresentar seu interesse como se fosse o interesse geral (Marx; Engels, 2007, p. 37).

Sob essa estrutura, os interesses são antagônicos e o conhecimento é construído historicamente de forma fragmentada e baseado nos interesses das classes dominantes. Com a sociedade dividida em classes, entre aqueles que pensam e aqueles que executam, o conhecimento se fragmenta, devido à divisão do trabalho fundada no princípio da propriedade privada e na alienação da natureza, a qual pode ser explicada a partir do desenvolvimento do trabalho na grande indústria, onde se inscreve a divisão entre a história da natureza e a história da humanidade, como se estas fossem coisas distintas. Mas, “os dois lados não podem ser separados, pois, enquanto existir a humanidade, a história da natureza e a história humana se condicionam reciprocamente” (Marx; Engels, 2007, p. 87). Com efeito, a separação entre ambas é um processo de *alienação*, que resulta inevitavelmente do avanço do conhecimento e do progresso tecnológico desencadeados pela grande indústria e suas forças produtivas, assim, a própria propriedade privada dos meios de produção é fruto do processo de *alienação*.

A *alienação* é um conceito central na obra de Marx para compreender a crise ambiental, já que uma de suas principais dimensões consiste na *alienação* do ser humano em relação à *natureza*. Nesse sentido, Mészáros (2016, p. 23) relembra que, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), Marx analisa, pela primeira vez, as implicações da *alienação do trabalho* para as diversas esferas da atividade humana. Nela, Marx demonstra que a natureza é condição essencial para a reprodução da vida humana e social e para a produção da cultura, ao mesmo tempo em que critica sua transformação em mercadoria no modo de produção capitalista e evidencia como o processo de *alienação*, associado à divisão social do trabalho, contribui com a degradação das relações entre os seres humanos e a natureza.

Ademais, Marx (2010) evidencia quatro aspectos fundamentais do trabalho alienado: (i) o ser humano está alienado da natureza principalmente porque o mundo exterior sensível, os meios necessários a manutenção de sua existência, isto é, a natureza se torna propriedade privada. Para Marx (2010, p. 81), “o mundo exterior sensível [a natureza] é a matéria pela qual o trabalho se efetiva, nela, o trabalho é ativo e o meio pelo qual o trabalho produz”, ou seja, nada pode ser criado do nada. Tudo o que é produzido depende da natureza, que é a base real sobre a qual a humanidade produz a sua vida material.

O trabalho humano é ativo porque transforma a natureza e a modifica por meio do seu trabalho, pois, a natureza não é só passiva, mas a condição necessária da produção sobre a qual o trabalho se realiza. O trabalho é uma mediação entre o ser humano e a natureza, e toda a produção depende da relação material com o mundo natural, e hoje, pode-se afirmar que, se não totalmente, mas em grande parte, a mediação entre homem-natureza continua sendo fulcral. No sistema capitalista a natureza também é convertida em propriedade privada para a obtenção do lucro e satisfação de interesses particulares, porém, a maioria da população mundial não tem acesso às condições elementares de manutenção da sua subsistência física, o que significa que o trabalhador está *alienado* da natureza, das bases materiais e dos produtos de seu trabalho, e do próprio trabalho, por que os meios de produção já não lhe pertencem.

(ii) a alienação do ser humano em relação à sua própria atividade, isto é, no “*ato da produção* [de] sua *exteriorização*” (Marx, 2010, p. 82). Quer dizer, o mundo da produção coisifica o ser humano, porque faz dele mais uma mercadoria, pois, sem os meios necessários à reprodução de sua vida, resta-lhe apenas a possibilidade de vender a sua força de trabalho como meio de subsistência. A *alienação* impede que o trabalhador se reconheça no produto final de seu trabalho ou entenda que os frutos do seu trabalho não lhe pertencem.

(iii) a alienação do trabalhador/a em relação ao *gênero humano*, já que “o ser humano é um *ser genérico* quando se relaciona consigo mesmo; e como gênero vivo, quando se relaciona consigo mesmo como um ser universal e livre” (Marx, 2010, p. 84). Antes de tudo, o trabalho alienado faz da vida genérica apenas um meio da vida individual, ele é estranho à sua vida individual e genérica, pois, faz da vida individual um fim em si mesmo de forma abstrata, desconectada da totalidade das relações e destituída de sentido.

(iv) a alienação do homem pelo próprio homem, como consequência imediata do estranhamento do ser humano, de seu trabalho, sua atividade e seu ser genérico (Marx, 2010, p. 84). Pois, no mundo do capital, o ser humano confronta-se com o outro não como gênero humano, como semelhantes, mas enquanto concorrentes numa luta infundável de todos contra todos pela sobrevivência. Isso significa que “o homem está estranhado do seu ser genérico, quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana” (Marx, 2010, p. 86).

A concepção de alienação marxiana compreende o ser humano como gênero humano, como parte da natureza que só pode existir em conexão com uma totalidade de relações que se estabelecem a partir da produção da vida material e depende, necessariamente, de uma natureza que lhe antecede. Então, a existência humana só é possível pelas condições ecológicas e climáticas, que permitem aos homens e às demais espécies terrestres (como ser biológico) se

reproduzirem e se desenvolverem. Somente por meio da natureza e em relação com ela, as espécies garantem a sua existência e o suprimento de suas necessidades, ainda que a natureza apareça como sendo independente deles. Nos *Manuscritos econômicos*, lemos que,

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, 2010, p. 84).

Dito isto, entendemos que a concepção de *sustentabilidade* esconde ideologicamente esta íntima relação entre o ser humano e a natureza, ou ainda, a íntima relação entre o desenvolvimento da sociedade capitalista e a degradação ambiental. Para o filósofo renano, a natureza é a condição essencial de toda existência, porque é o meio que permite o ser humano e a sociedade se desenvolverem, por isso no Livro I *d'O Capital*, ele analisa os princípios basilares do trabalho, que se desenvolve pela relação entre o ser humano e a natureza, e, por sua própria ação, o homem regula e controla o seu metabolismo com a natureza, ou seja:

Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza (Marx, 2017, p. 255).

Ainda n'*O Capital*, nas passagens que trata da agricultura, ele se preocupa com a destruição ambiental promovida pela grande indústria e promove uma crítica radical à produtividade inerente à lógica da produção capitalista; e, ao empreender estudos sobre a grande indústria e a agricultura, explícita a questão da devastação do meio ambiente pelos capitalistas, demonstrando a relação dialética das contradições entre o progresso e o avanço das forças produtivas, assim, cria “um tipo de teoria da *ruptura do metabolismo* entre as sociedades humanas e a natureza” (Löwy, 1994, p. 27). A partir desta teoria, Marx diz:

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoadas em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo (Marx, 2017, p. 572).

Decerto, Marx não desenvolveu estudos específicos sobre a crise ambiental, pois não era um problema colocado em seu contexto histórico, apesar disso, avaliou as nefastas consequências que o modo de produzir capitalista produz sobre o meio ambiente, devido à indissociável unidade entre ser humano e natureza. Posto que, a realização do ser humano enquanto ser vivo, depende necessariamente da natureza para produzir e reproduzir a sua vida material e dos meios disponíveis para suprir as suas necessidades básicas. No capitalismo, portanto, tanto o *trabalho* quanto a própria *natureza* se tornam mercadorias para a acumulação de capital e perdem o seu caráter humanizador.

No século XXI, as concepções de *alienação, ideologia e natureza* marxianas nos permitem fundamentar a crises do capitalismo em suas diversas dimensões - econômica, política, ambiental -, e, aqui, nos interessa, sobretudo, a crise ambiental, como o resultado da ruptura do metabolismo da relação do ser humano com a natureza e do profundo processo de alienação que o capitalismo impõe à sociedade. Em um contexto que os efeitos da subjugação da natureza pelos capitalistas atingem patamares de destruição do meio ambiente sem precedentes, mas anunciado pelas comunidades científicas, desde o ascenso do *neoliberalismo*. Baseando-se nos pressupostos teóricos-metodológicos da concepção marxiana de crise ambiental, (Löwy, 2013, p.71) ressalta que a

crise do capitalismo e a crise ecológica resultam da dinâmica do modo de produção capitalista que transforma seres humanos e recursos naturais em mercadorias necessárias à expansão dos negócios e à acumulação de lucros. [...] E, em sua feição atual, a crise reflete as dificuldades da civilização capitalista industrial e do seu modo de vida caracterizado pelo *american way of life*, em manter-se sem rupturas”.

Ao transformar a natureza em mercadoria e subordinar a produção à lógica de acumulação infinita e maximização do lucro, o sistema capitalista gera processos de degradação ambiental que ameaçam a própria existência humana. Essa interpretação é reforçada ao longo da história por Alier (1992); Bidet, Texier (1992); Gorz (1992); O’ Connor (1992); Duclos (1992); Benton (1992); Foladori (1999); Mészáros (2001) Löwy (2013, 2014); Foster (2023); além de autores que apresentam cosmovisões decoloniais e contra-coloniais, sobretudo nos países do Sul Global, onde denunciam a insustentabilidade do modo de produção capitalista, colocando-se na resistência contra a *neocolonização* e destruição do planeta¹². Diante do

¹² Ailton Krenak, importante liderança indígena, denuncia a insustentabilidade do capitalismo que aliena o ser humano e a própria natureza, além de destruir a relação homem-natureza. O sistema capitalista tira do ser humano tudo o que é necessário para a sua realização enquanto ser vivente, pertencente à natureza. A cosmovisão ameríndia, ao contrário, não estabelece uma hierarquia entre seres vivos, mas o entende com um dos seres vivos

aumento das desigualdades sociais, das guerras que promovem o extermínio em massa de populações inteiras, podemos fazer perguntas similares àquelas que, possivelmente, a humanidade se fazia em séculos passados, frente à barbárie produzida pela escravidão, por duas grandes guerras, pelo holocausto e outros. Uma delas, que poderíamos fazer, hoje, seria: “como nas sociedades atuais, mesmo diante dos mais altos graus de desenvolvimento tecnológico, a humanidade caminha a passos largos em direção ao abismo?”.

As guerras nada mais são do que a expressão mais cabal do fracasso do modo de produção capitalista e, consequência lógica inevitável de uma sociedade que foi construída sobre a exploração, a expropriação, a opressão e o extermínio em massa. Mais de oito décadas se passaram desde a Segunda Grande Guerra mundial, e ainda podemos indagar sobre esses problemas, já que as crises não apenas continuam, e ainda mais graves, mas perpetuam as desigualdades e a destruição das condições elementares de sobrevivência, demonstrando a irracionalidade da “sociedade da razão”.

2. As forças destrutivas do capital: o mito do desenvolvimento sustentável sob os auspícios do neoliberalismo

No século XXI, inúmeros desafios, conflitos e contradições carregam marcas e feridas indelévels de um passado jamais superado, ao contrário disso, o eurocentrismo¹³ e o seu decorrente, o capitalismo, tornaram-se o modo de vida universal desde o processo de colonização e escravização que consolidou o modo de produção capitalista. Desde então, o desenvolvimento das sociedades capitalistas foi permeado por inúmeras crises, que, de tempos em tempos, pode até abalar, em alguma medida, as estruturas e a superestrutura que sustentam a ordem hegemônica, mas que têm, na realidade, se sofisticado e se fortalecido com o desenvolvimento das forças produtivas, de modo que nem mesmo as sucessivas crises nos faz acreditar em uma alternativa para além do capital.

de todo um ecossistema, e do qual depende para existir. Essas ideias podem ser encontradas e compreendidas na trilogia krenackiana: *“Ideias para adiar o fim do mundo”*, *“A vida não é útil”* e *“Futuro Ancestral”*.

¹³ O eurocentrismo, conceito popularizado nos anos 1970, é uma ideologia que coloca as sociedades capitalistas europeias como modelo a seguir, e, propalando a superioridade europeia, busca legitimar o processo de colonização do continente africano e de escravização da população negra nas Américas. Abençoados pela Santa Igreja, ingleses, franceses, holandeses, portugueses e espanhóis, etc., os portadores da história universal, lançaram-se em terras longínquas para levar o “progresso” e o conhecimento; e civilizar os “selvagens”. Mas, para Amin (1989, p. 87), “O eurocentrismo não é uma teoria social propriamente dita que integra seus diferentes elementos em uma visão global e coerente da sociedade e da história. [Trata-se, antes de tudo], de um preconceito que atua como força deformadora das diversas teorias sociais propostas, [e que] lança mão de elementos identificados, retendo um e rechaçando outros segundo as necessidades da ideologia do momento”.

Historicamente, o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas facilita a naturalização da sociedade capitalista, suas crises e aprofundamento das desigualdades sociais. E estas crises são inerentes ao capitalismo, tal como mostram Marx e Engels (2010) no *Manifesto do partido comunista* ainda no século XIX, quando afirmam que elas são parte constituinte da dinâmica capitalista, nos seguintes termos:

Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas [...] O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las (Marx; Engels, 2010, p. 45).

As crises econômicas se desdobram em crise política e se manifesta a ascensão de governos autoritários, negacionistas e reacionários, como evidenciam Marx, Engels e marxistas da atualidade, como Soares, Simões e Romero (2020). No artigo *Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos Direitos Humanos*, demonstram que a crise de 1929, levou à ascensão de Hitler na Alemanha e de Mussolini na Itália e culminou na Segunda Grande Guerra Mundial, maior catástrofe da história do Ocidente e que, esta se inicia com a crise na bolsa de valores de Nova York, de 1929 (Soares; Simões; Romero, 2020). Neste contexto de total devastação, a resposta à crise foi a implementação do *Estado de Bem-estar social* (*Welfare state*)¹⁴, que resultou da “combinação do fordismo¹⁵ e keynesianismo¹⁶” (Silva; Oliveira, 2021, p. 491).

¹⁴ No *Estado de bem-estar social*, as políticas macroeconômica e social, “regulamentadas pelo Estado foram combinadas para estimular as economias dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial, bem como uma fase de acumulação capitalista baseada no fordismo, como relação de trabalho, e na teoria keynesiana, de intervenção sistemática do Estado, para controlar a poupança nacional, com o objetivo de reduzir a inatividade produtiva de pessoas e máquinas. No plano social, o relatório Beveridge, publicado na Inglaterra no início da década de 1940, lançou as bases do “*welfare state* do pós-guerra” (Silva; Oliveira, 2021, p. 490).

¹⁵ Para Gramsci (2024, p. 3; 36), a ideologia fordista deriva da necessidade de a indústria desenvolver novas tecnologias, isto é, de racionalização da produção como “o americanismo e o fordismo [que] resultam da necessidade imanente de alcançar a organização de uma economia programática e que os vários problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática: estes problemas nascem de diversas formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra ao desenvolver-se, [ou seja, de] resistências que derivam das dificuldades inerentes à ‘societas rerum’ e à ‘societas hominum’, isto é, à ‘sociedade das coisas e à sociedade dos homens’”.

¹⁶ Para Groppo (2005), Keynes é o principal precursor e a base teórica de sustentação do Estado de Bem-Estar social, tanto em seus pressupostos econômicos quanto aos seus efeitos negativos, causados pelo livre mercado.

O desenvolvimento do *americanismo-fordismo* não se restringiu à introdução de novas formas de organização da produção, mas implicou transformações nas relações sociais e nas condições de reprodução da força de trabalho. Em Gramsci (2007), o americanismo e o fordismo aparecem associados à racionalização do processo produtivo e à necessidade de conformação de um novo tipo de trabalhador, adequado às exigências da produção industrial. Portanto, aspectos da vida cotidiana, dos hábitos e dos comportamentos dos trabalhadores passam a ser objeto de intervenção e regulação, ultrapassando os limites imediatos da fábrica.

Na avaliação de Dias (1999), essa reorganização das relações econômicas e sociais pode ser compreendida, a partir da concepção gramsciana de *Revolução Passiva*, na medida em que expressa formas de reorganização da sociedade diante das contradições e resistências encontradas no processo do desenvolvimento capitalista. Em *Americanismo e revolução russa: formas históricas e revolução passiva*, Dias (1999) estabelece justamente o nexo entre americanismo e *revolução passiva*, destacando as resistências das classes subalternas e as formas de reorganização do capitalismo diante dos antagonismos sociais:

Examinar a relação entre política e economia depois da Guerra e da Revolução russa é pensar o nexo entre americanismo e revolução passiva. As resistências das classes subalternas buscam impor limites à ação capitalista. É necessário redimensionar as formas da extração da mais-valia, da obtenção do consenso nos processos produtivos, eliminando toda e qualquer presunção de autonomia dos trabalhadores na produção, por isso mesmo o americanismo foi a figura dominante no século XX. A revolução passiva implicou a redefinição das formas de estruturação do capitalismo (da noção de cidadania ao modo de realizar a produção e do modo de vida) e correspondeu à necessidade de impor um conjunto de medidas de contratendência à queda da taxa de lucros e de tentar neutralizar os antagonismos no interior do conjunto do bloco capitalista (Dias, 1999, s/p).

Nesse sentido, a reorganização das relações econômicas e sociais promovida pelo americanismo-fordismo relaciona-se às transformações do próprio Estado e às formas de enfrentamento dos antagonismos de classe. Sobre isso, Tavares (2025, p. 104) argumenta que o Estado de Bem-Estar Social é uma modalidade do Estado Liberal que se impõe como possibilidade de estancar a crise e recuperar o sistema em um momento de grave crise sistêmica. Nesse processo, o Estado passa a oferecer benefícios sociais por meio de políticas públicas, especialmente nos âmbitos da saúde, da educação, dos benefícios trabalhistas e da infraestrutura. Trata-se, portanto, da incorporação de garantias sociais com o objetivo de regular as relações entre as classes e atender a princípios como a redução das desigualdades, sem, contudo, modificar a estrutura econômica, configurando uma espécie de reforma no sistema capitalista com vistas à sua manutenção. Mas essa dimensão do Estado de Bem-Estar Social não se constitui apenas uma resposta das classes dominantes às crises e aos antagonismos

produzidos pelo capitalismo, também se relaciona às lutas das classes trabalhadoras pela ampliação dos direitos sociais. Porém, nesse modelo de Estado, as contradições e antagonismos inerentes à sociedade de classes não cessam de existir e se expressam nas lutas de classes.

E, como assinala Groppo (2005), o capitalismo teve um crescimento espantoso e ininterrupto entre o final da II Guerra Mundial e a crise do petróleo em 1973, que levou ao colapso do *Estado de Bem-Estar social*, evidenciando que a propalada redução da desigualdade não ocorrera. Pois, desde os anos 1960, as classes trabalhadoras que já reivindicavam melhores condições de vida, promoveram a greve geral da França (1968), marcando o fim da “Era de Ouro” da economia mundial e o início da crise deste modelo de Estado, e denunciando que,

o modelo reformista¹⁷ parecia atingir seus limites, não mais detendo os conflitos sociais – e gerando, enfim, novos conflitos que demonstravam a crise da legitimidade da sociedade capitalista. Por sua vez, diante da queda do crescimento econômico, que alimentava tanto os altos salários, quanto os recursos do Estado de Bem-estar e os rendimentos da burguesia, corporações e classes burguesas reclamavam pela necessidade de retomar a lucratividade. Ao mesmo tempo, via-se o predomínio crescente dos setores burgueses controladores do capital financeiro. A divisão mundial do trabalho ultrapassa a fase da ‘internacionalização do capitalismo’ e ingressa no seu sucedâneo lógico e histórico, a globalização. A globalização do capitalismo enfraqueceu o poder de controle da economia pelo Estado. Enfim, diminuiu muito o temor de uma generalizada revolução social, diante do colapso do comunismo soviético (Groppo, 2005, p. 74).

A partir desse processo, evidencia-se o caráter contraditório do Estado de Bem-Estar Social, pois, ao mesmo tempo que incorporou demandas sociais e ampliou direitos trabalhista, atuou, também, na regulação das relações entre as classes e na manutenção da ordem capitalista. Por isso, em *O significado histórico da Revolução de Outubro*, Losurdo (1997, p. 71) destaca que a democracia se relaciona aos “direitos sociais e econômicos” sancionados pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada pela ONU em 1948, assim, a história do Estado de Bem-Estar Social se insere no processo de ampliação de direitos sociais, exercício da cidadania e participação democrática, oriundos das próprias contradições das relações sociais capitalistas.

Contudo, em meados da década de 1980, a crise do Estado de Bem-Estar Social ficou mais evidente, porque o capitalismo globalizado estrangulou a capacidade de o Estado organizar a economia e a sociedade e submeter todas as relações sociais à lógica mercantil (Groppo, 2005, p. 74). Não por acaso, começa a ser implementado o receituário neoliberal como resposta à crise estrutural do capital e seu modelo de Estado, cujos principais precursores,

¹⁷ Ele chama o Estado de Bem-Estar Social de reformista justamente por ele implementar reformas que procuram corrigir os danos ocasionados pelas recorrentes crises sistêmicas, que são desencadeadas pela necessidade constante de desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio da propriedade privada.

Friedrich Hayek (1990) e Milton Friedman (1984), formularam teorias a partir da crítica ao intervencionismo estatal e ao planejamento econômico, que o fez surgir. Para Losurdo (1997, p. 71), “foi o grande patriarca do neoliberalismo, Friedrich August von Hayek, quem denunciou o fato de que a teorização de tais direitos remete à influência por ele considerada funesta da “revolução marxista russa”. Suas ideias ganharam significado histórico no século XX, com a reorganização do capitalismo diante de suas crises estruturais. Portanto, o neoliberalismo é

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada¹⁸, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares de defesa, da polícia e legais, requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (Harvey 2008, s/p.).

O primeiro país de capitalismo avançado a aderir, de forma sistemática, às ideias neoliberais foi a Inglaterra, sob o comando de Margareth Thatcher, nos anos 1980, em resposta à crise estrutural do capital e do *Welfare State*. Mas, antes do neoliberalismo se consolidar nos países centrais, as políticas neoliberais já estavam sendo implementadas em países do Sul Global, particularmente sob a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, que representou a primeira experiência neoliberal na América Latina (Harvey, 2008, s/p.). Portanto, mais do que uma ideologia pautada pela expansão do crescimento econômico ilimitado, o neoliberalismo é a radicalização dos ideais liberais na Era da globalização e se edifica sobre uma noção de indivíduo alienado da totalidade das relações sociais de produção e reprodução da vida, assentado no individualismo exacerbado.

Suas ideias e pressupostos encontram-se enraizados na estrutura e na superestrutura das sociedades capitalistas, que baseadas nessa lógica não demorou a incitar as defesas mais nefastas e reacionárias que, embora adormecidas, foram despertadas logo na primeira crise do século XXI e tem se fortalecido em defesa da ordem vigente: o *neonazifascismo*, que cresce por toda parte. Apesar de derrotados na Segunda Guerra Mundial, os ideais fascistas e nazistas não foram erradicados, pelo contrário, ressurgem fortalecidos em momentos de crises estruturais do capital. No século XXI, estes sistemas emergem renovados e mais avançados em

¹⁸ Coerente com o modo de produção caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, a classe dominante e dirigente, em sua fase imperialista e forma *neoliberal* de Estado, mantém o caráter de legitimador de seus interesses, como afirma Marx (2010, p. 42): “a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva do Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa”.

todo o mundo, com a ascensão de governos de extrema direita, em todos os continentes, evidenciando o fracasso da organização capitalista em conter suas sucessivas crises econômicas e políticas e as crises climáticas oriundas do processo de exploração burguês¹⁹.

Na Era do mais alto desenvolvimento tecnológico, a ideologia neoliberal e a noção alienada de indivíduo se dissemina e se impõe como uma realidade inquestionável. Todo o aparato estrutural é construído para fortalecer a noção do indivíduo atomizado, como se a existência individual não dependesse de uma totalidade de relações sociais construídas historicamente. Essa noção resulta do processo de alienação promovido pela propriedade privada dos meios de produção, da sua divisão social do trabalho, exploração do ser humano e da natureza, própria ao capitalismo. Somam-se às crises econômica e política, a crise climática e ambiental que ameaça a existência da biodiversidade mundial e que teve seus primeiros alertas nos anos 1970 e 1980, e que resultam do modo de produzir, acumular e explorar capitalista.

Nos séculos XIX-XX, o crescimento industrial e a consolidação do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, levaram ao aumento do consumo e da exploração da natureza, por isso em fins do século XX, se acentuaram diversos problemas como os da poluição, o desmatamento e o esgotamento dos recursos naturais essenciais, acelerando a devastadora crise ambiental. Logo, as crises climáticas e ambientais se manifestam em eventos climáticos extremos, no aumento das temperaturas globais e na degradação ambiental acelerada; e estas têm impactos desproporcionais e devastadores sobre as populações mais vulneráveis, sobre as quais acentua as desigualdades sociais e econômicas, devido à busca incessante por lucro infinito, que explora a natureza numa rapidez sem precedência.

Diante do contexto de aumento das desigualdades econômicas, políticas, sociais, ambientais, e de ascensão do neofascismo, a *sustentabilidade* apresenta-se como alternativa de soluções técnicas imediatistas, demonstrando o seu caráter ideológico que objetiva manter a reprodução e perpetuação da ordem vigente, caracterizada pela predatória acumulação de capital. Para tanto, entram em cena os seus ideólogos, entusiastas do capitalismo e da sociedade do consumo, que, sem questionar as bases que alicerçam a organização social capitalista, se pautam pela propriedade privada dos meios de produção e exploração da natureza.

Segundo Marques (2025), a crise climática e ecológica ganhou centralidade diplomática em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento e o Meio

¹⁹ Acerca da relação entre as crises do capitalismo e a emergência de forças fascistas e neofascistas, Boito Jr. (2021) argumenta que o fascismo deve ser compreendido no interior das crises políticas das sociedades capitalistas, caracterizando-o como um movimento reacionário de massa. Para o autor, o neofascismo contemporâneo não constitui mera reprodução histórica do fascismo original, mas apresenta formas renovadas, relacionadas às condições específicas das sociedades capitalistas contemporâneas e às crises políticas que nelas se desenvolvem.

Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Nesta, foi apresentado o relatório *Only One Earth: The Care and Maintenance of a Small Planet*²⁰ a fim de oferecer um panorama abrangente das condições do planeta e da relação entre a humanidade, tecnologia, economia e natureza, considerando “os dois mundos do homem - a biosfera de sua herança e a tecnosfera de sua criação – [que já estavam] em desequilíbrio; estão na realidade, potencialmente em profundo conflito” (Ward; Dubos, *apud*. Marques, 2025, p. 51).

Nas obras *Limites do crescimento* (1972) Meadows *et al.*, e *A Blueprint for Survival* (1972), de Goldsmith e Allen, cientistas especializados em problemas ambientais globais, já alertavam sobre a gravidade da situação. Em *Blueprint* afirmavam que “as análises das informações disponíveis impressionam pela extrema gravidade da situação global atual, e mostram que se as tendências atuais persistirem, o colapso da sociedade e a perturbação irreversível dos sistemas até o fim do século, inviabilizará todas as formas de vida no planeta²¹” (Meadows, 1972). Desde então, os estudos alertavam sobre as tendências destrutivas do modo de vida industrial, apesar disso, procurou-se apenas adaptar as relações de produção capitalista à crise ambiental, ignorando a íntima relação entre o sistema e a degradação ambiental.

Quanto à adaptação do sistema à crise, a partir dos dados alarmantes trazidos à Conferência de Estocolmo, a Assembleia Geral da ONU, criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que, lançou, em 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum*, intitulado *Relatório Bndtland* (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012, p. 44), que popularizou o conceito de *desenvolvimento sustentável*, definindo-o como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as capacidades das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46 *apud*. Freitas *et al*, 2012). Grosso modo, o relatório punha limites ao crescimento, sobretudo, nos países “subdesenvolvidos”, que não seguissem as tendências de crescimento dos países de capitalismo avançado, que mais ameaçam os recursos naturais e a estabilidade das condições de existência.

Essa questão pode ser relacionada à crítica de Chang (2004), aos países atualmente desenvolvidos, que após utilizarem políticas de proteção e intervenção para promover sua

²⁰ Este relatório, não oficial, foi encomendado pelo Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a um comitê de 152 consultores correspondentes em 58 países. Disponível em: <https://primo-tc-na01.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=ALMA-TXWU2168633200001201&context=L&vid=TWU-A&lang=en_US&tab=default_tab&query=sub.exact,%20Human%20ecology,AND&mode=advanced&offset=20>.

²¹ An examination of the relevant information available has impressed upon us the extreme gravity of the global situation today. For, if current trends are allowed to persist, the breakdown of society and the irreversible disruption of the life support systems on this planet, possibly by the end of the century, certainly within the lifetimes of our children, are inevitable (Goldsmith, *et al*, 1972, p. 9).

industrialização, passam a recomendar aos países em desenvolvimento, políticas e instituições distintas das que utilizaram em suas próprias trajetórias de desenvolvimento. Para Freitas *et al* (2012), a ideia de desenvolvimento sustentável ganhou visibilidade a partir do relatório de *Bundtland*, embora a proposta de sua adoção seja anterior, e, nesta, havia três abordagens teóricas sobre o desenvolvimento econômico e seus impactos sobre a natureza (Godard, 1997; Frey, 2001 *apud*; Freitas *et al* 2012, p. 44): as abordagens “econômico liberal”, “ecológico tecnocrata de planejamento” e a “política de participação democrática” (Freitas *et al*, 2012).

A primeira, “parte do pressuposto de que a pressão da concorrência, do crescimento econômico e da prosperidade levariam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e às novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente” (Freitas *et al*, 2012). A segunda, propõe a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a preservação de recursos naturais, e a preservação desses recursos devem ser alvo prioritário da intervenção estatal, podendo ser identificada no que denominam *economia ecológica*, *economia biocêntrica* ou *bioeconomia*. Essa perspectiva se sobrepôs no *Relatório de Bundtland* e é vista por Frey (2001) como uma “postura tecnocrata centralizadora” (Freitas *et al*, 2012, p. 45).

A terceira, conhecida como a “política de participação democrática”, decorreu do prolongamento da teoria do equilíbrio e do crescimento econômico (Freitas *et al*, 2012, p. 45). Porém, esta abordagem desconsidera que, no modo de produção capitalista, a própria noção de democracia entra em contradição com o crescimento econômico, pois quanto maior for o crescimento econômico maior será a desigualdade. Os defensores dessa política desprezam o desequilíbrio, as desigualdades provenientes das relações sociais e econômicas intrínsecas ao sistema capitalista, que comprometem o próprio exercício da democracia, já que a classe dominante e dirigente, concentra a riqueza e o poder de decisão nos espaços democráticos²².

As autoras relembram que desde a Conferência de Estocolmo tentou-se colocar no cenário internacional, um novo conceito de desenvolvimento - *outro desenvolvimento*, *desenvolvimento endógeno e ecodesenvolvimento* - porém, os órgãos e as instituições internacionais precisavam de uma concepção capaz de alinhar meio ambiente e crescimento econômico, sem colocar em questão a continuidade do modo de produção capitalista (Freitas *et al*, 2012, p. 45). Em 1992, ocorreu a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

²² A social democracia burguesa permite que, no Brasil, o parlamento brasileiro em sua maioria seja composto por burgueses: ruralistas, grande empresariado, etc., que utilizam a estrutura do Estado na defesa de seus interesses.

Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), “a grande responsável pelo acordo de celebração do modelo de Desenvolvimento Sustentável em caráter global” (Oliveira, 2007, p. 1).

Nesta, porém, fez-se apenas um alinhamento entre o empresariado e as potências econômicas, para criar diretrizes para a adoção de um receituário sustentável em âmbito global²³. Na ocasião foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima para articular acordos entre os países membros com o intuito de regular as emissões de gases de efeito estufa, que resultaram no Protocolo de Quioto, de 1997²⁴, pelo qual se estabeleceu as metas de redução dos gases de efeito estufa (Franco, 2024, p. 7). A adoção de termos ligados à questão do clima na Conferência (ECO-92) ocorrida no Brasil, provém da confluência entre o neoliberalismo e a ecologia, planejada para iniciar uma “transformação estratégica no desenvolvimento capitalista” (Oliveira, 2007, p. 1 *apud* Franco, 2024, p. 8). As nações ricas, precavendo-se, aceitaram os pressupostos do *Relatório de Buntland* (1987), logo,

O Desenvolvimento Sustentável nasceu no âmago do pensamento da classe dominante, e utiliza os pressupostos do conservacionismo juntamente com um ensinamento do universo econômico de gestão de negócios: o ‘Princípio da Precaução’. Este princípio foi inicialmente acordado na Conferência Mundial da Indústria sobre Administração Ambiental, em 1984, e depois aceito na Reunião do G7 em 1989, citada anteriormente. O empresariado entende o ‘Princípio da Precaução’ como uma oportunidade inigualável de superar o risco e a incerteza através de investimentos e estudos localizados. O consumo mais eficiente de energia, a redução de poluição nas escalas global e local e o uso racional de matéria-prima fornecem a chance da criação de novas técnicas mais lucrativas e estimulam transformações econômicas mais virtuosas, em lugar da aceitação sectária dos problemas existentes (Oliveira, 2007, p. 2 *apud* Franco, 2024, p. 8).

Para Franco (2024, p. 9), a perspectiva do *desenvolvimento sustentável* abandona a análise da inviabilidade do modo de produção capitalista e dos padrões insustentáveis de consumo, e ainda reforça a alienação do indivíduo. A *sustentabilidade* convoca os indivíduos a mudarem seus hábitos de consumo, mas sem alterar o modo de produção e a relação do ser humano com a natureza, assim, percebe-se que a sustentabilidade se apresenta não como resolução do problema ambiental, mas como uma nova forma de reestruturação do sistema capitalista de produção, traduzida em novas oportunidades de modelos e negócios,

O Desenvolvimento Sustentável configura-se como pensamento dominante de nossa época. Após estes acordos tácitos da burguesia internacional, a Conferência do Rio de Janeiro deveria se constituir no ‘locus’ para a aceitação do pensamento dominante.

²³ Para Franco (2024, p. 8), a ECO-92 já começou a ser planejada na Conferência de Cúpula do G7, em 1989, com “Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável em 1991”, entre outros encontros e acordos.

²⁴ O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1997) criou a *Iniciativa Economia Verde* (2009), visando a economia com inclusão social e sustentabilidade ambiental, nos países periféricos (Franco, 2024, p. 7).

O ocultamento desses conclaves anteriores e a apropriação de ideias comungadas com o pensamento ecológico em voga foram medidas necessárias para uma melhor aceitação das ideias hegemônicas. Além disso, o Desenvolvimento Sustentável possui caráter genérico e global, além de um conteúdo engenhoso e ‘incompleto’, que o diferenciava da proposta ineficiente de crescimento zero, discutida na Primeira Conferência, em Estocolmo (Franco, 2024, p. 9).

Em outras palavras, a concepção de desenvolvimento sustentável sob os auspícios do neoliberalismo, ignora a íntima relação do modo de produção capitalista com o desenvolvimento das forças produtivas, e que é precisamente pelo seu *modus operandi* que a crise climática e ambiental se agrava. O argumento de que as mudanças climáticas são oriundas de uma “crise” esconde a relação entre esta e o modo de produção capitalista, por atribuir a resolução do problema ao desenvolvimento de tecnologias, quando, na verdade, é o contrário. Mais do que uma “crise”, as devastações climáticas configuram uma nova era geológica, o *antropoceno*²⁵, decorrente do *modus operandi* capitalista. Nessa perspectiva, Moore (2016) questiona a atribuição das transformações planetárias à humanidade em abstrato e propõe analisá-las a partir das relações históricas entre capital, poder e natureza, formulando, como alternativa ao *Antropoceno*, a noção de *Capitaloceno*, no livro *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*, o autor pretende “estimular um debate e fomentar uma perspectiva que ultrapasse a “Aritmética Verde”²⁶” (Moore, 2016, p. 2). Segundo ele,

a ideia de que nossas histórias podem ser consideradas e narradas pela simples soma entre Humanidade (ou Sociedade) e Natureza, ou mesmo entre Capitalismo e

²⁵ O Grupo de Trabalho sobre Antropoceno da Subcomissão sobre a Estratigrafia do Quaternário define o Antropoceno como “O intervalo de tempo presente no qual muitas condições e processos geológicos significativos são profundamente alterados pelas atividades humanas. Estes abrangem: erosão, transportes de sedimentos associados a uma variedade de processos antropogênicos, colonização da terra, agricultura, urbanização, aquecimento global, a composição química da atmosfera, oceanos e solos com perturbações antropogênicas significativas dos ciclos de elementos como o carbono, nitrogênio, fósforo, vários metais, acidificação oceânica, ampliação das zonas mortas, perturbações da biosfera terrestre e marinha, perda de habitat, predação, invasões de espécies e as mudanças químicas mencionadas acima”; cf. Subcommission on Quaternary, “Results of binding vote by AWG”, 21 maio 2019. Disponível em: <http://quaternary.stratigraphy.org/workinggroups/anthropocene/>. Sobre o Antropoceno, ver Paul J. Crutzen & Eugene F. Stoermer, “The Anthropocene”, IGBP Newsletter, v. 41, p. 12, 2000; Paul J. Crutzen, “Geology of Mankind”, *Nature*, v. 415, n. 6.867, p. 23, 2002; idem, “The Anthropocene”, In: Eckart Ehlers & Thomas Krafft (orgs.), *Earth System Science in the Anthropocene: Emerging Issues and Problems*, Nova York: Springer, 2006; Will Steffen, Paul J. Crutzen & John McNeill, “The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?”, *Ambio*, v. 36, n. 8, 2007; Will Steffen *et al.*, “The Anthropocene: Conceptual and Historical Perspectives”, *Philosophical Transactions of the Royal Society*, v. 369, p. 842-867, 2011; Jan Zalasiewicz, “The Anthropocene as a Potential New Unit of the Geological Time Scale”, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y_FbbXlqkgE>; Liz-Rejane Issberner & Philippe Lena (orgs.), *Brazil in the Anthropocene: Conflicts between Predatory Development and Environmental Policies*, Londres: Routledge, 2016; Luiz Marques, *Capitalismo e colapso ambiental*, 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, cap. 10; “Antropoceno: rumo à hipósfera?” (Marques, 2025, pp. 461-88). A referência se encontra no livro “*O decênio decisivo*” (2025), de Luís Marques, nota de rodapé 41

²⁶ “The work of this book is to encourage a debate—and to nurture a perspective—that moves beyond Green Arithmetic” (Moore, 2016, p. 2) - Tradução nossa.

Natureza. Isso porque tais dualismos fazem parte do problema — são fundamentais para o modo de pensar que conduziu a biosfera à sua atual transição em direção a um mundo menos habitável. Ainda se reconhece de maneira apenas incipiente que as categorias de “Sociedade” e “Natureza” — Sociedade sem natureza, Natureza sem seres humanos — fazem parte do problema, tanto intelectual quanto politicamente. Não menos do que os binarismos do eurocentrismo, do racismo e do sexismo, a oposição Natureza/Sociedade está diretamente implicada na colossal violência, desigualdade e opressão do mundo moderno. Esse argumento contra o dualismo envolve algo abstrato — Natureza/Sociedade —, mas, ainda assim, profundamente material. Isso porque a abstração Natureza/Sociedade historicamente se conforma a uma série aparentemente interminável de exclusões humanas — sem mencionar as disciplinas racionalizadoras e as políticas de extermínio impostas às naturezas extra-humanas. Essas exclusões correspondem a uma longa história de subordinação das mulheres, das populações coloniais e dos povos racializados — seres humanos que raramente foram reconhecidos como membros da “sociedade civilizada” de Adam Smith (Moore, 2016, p. 2, tradução nossa)²⁷

Então, a crítica de Moore ao dualismo entre Sociedade e Natureza permite deslocar a análise da crise ambiental de uma perspectiva que vê a natureza como uma dimensão externa e separada da vida social. Mas se sociedade e natureza não constituem esferas autônomas, as formas de apropriação e transformação da natureza devem ser analisadas a partir das relações sociais que as organizam. Logo, a crise ambiental não pode se dissociar das formas históricas de produção e reprodução da vida social, nem das relações de poder e desigualdade que atravessam os processos de apropriação da natureza, é nesse contexto que emerge o discurso da *sustentabilidade*. Então, mais do que uma resposta neutra à crise ambiental, suas diferentes formulações se relacionam às disputas em torno das formas de apreender e enfrentar essa crise.

Quando apropriado pela racionalidade neoliberal, o discurso da sustentabilidade pode assumir um caráter ideológico, na medida em que, embora reconheça a existência da crise ambiental, determinadas formulações tendem a deslocar o debate sobre suas determinações históricas e sociais para mecanismos de mercado, eficiência, inovação e responsabilização individual. Essa dinâmica se articula ao ideário neoliberal de liberalização dos mercados, ampliação da concorrência e redução da intervenção estatal, inclusive em setores estratégicos para a garantia de direitos sociais, como educação, saúde, seguridade, saneamento básico e

²⁷ The idea that our histories may be considered and narrated by adding up Humanity (or Society) and Nature, or even Capitalism plus Nature. For such dualisms are part of the problem—they are fundamental to the thinking that has brought the biosphere to its present transition toward a less habitable world. It is still only dimly realized that the categories of “Society” and “Nature”—Society without nature, Nature without humans—are part of the problem, intellectually and politically. No less than the binaries of Eurocentrism, racism, and sexism, Nature/Society is directly implicated in the modern world’s colossal violence, inequality, and oppression. This argument against dualism implicates something abstract—Nature/Society—but nevertheless quite material. For the abstraction Nature/Society historically conforms to a seemingly endless series of human exclusions—never mind the rationalizing disciplines and exterminist policies imposed upon extrahuman natures. These exclusions correspond to a long history of subordinating women, colonial populations, and peoples of color—humans rarely accorded membership in Adam Smith’s “civilized society” (Moore, 2016, p. 2).

moradia. Desse modo, determinadas apropriações da sustentabilidade pela racionalidade neoliberal podem contribuir para obscurecer as relações entre crise ambiental, desigualdade social e os processos capitalistas de apropriação da natureza.

Em uma sociedade que preconiza o individualismo exacerbado, os indivíduos são convocados a alterar seus hábitos de consumo sem que, necessariamente, se questione o modo de produção vigente. No contexto do neoliberalismo, marcado pela globalização e pelo aprofundamento das relações capitalistas em escala mundial, a burguesia amplia suas possibilidades de acumulação, enquanto as classes trabalhadoras permanecem submetidas à precarização do trabalho e à mercantilização de diferentes esferas da vida social. Direitos conquistados por meio de lutas históricas e processos de resistência são progressivamente submetidos à lógica mercantil, enquanto a classe trabalhadora também arca com parcela significativa dos custos sociais da crise, expressos no desemprego, na inflação, na fome e nos efeitos da crise ambiental. Despossuída dos meios de produção, permanece submetida à necessidade de vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução material.

A realidade que se apresenta com o desenvolvimento histórico das sociedades industriais capitalistas exige, portanto, uma reflexão crítica sobre as possibilidades de transformação das formas pelas quais os seres humanos se relacionam com a natureza e com o mundo social. Tal reflexão demanda respostas que não podem ser construídas sem a compreensão das raízes históricas e sociais da crise em suas múltiplas dimensões, raízes que se encontram vinculadas ao próprio desenvolvimento das sociedades capitalistas. É a partir dessa necessidade de compreender os fundamentos históricos e sociais da crise que se torna necessário avançar para a discussão da ideologia e da alienação. Na próxima seção, mostraremos como as concepções de ideologia e alienação de Marx e Engels permitem compreender porque as relações sociais capitalistas aparecem como naturais e inevitáveis, e contribuem com a reprodução das relações de produção e, em determinadas condições, para transformar as forças produtivas em forças destrutivas, aprofundando as desigualdades econômicas, políticas e sociais e agravando a crise ambiental contemporânea.

Considerações Finais

Apesar dos avanços do conhecimento humano sobre a natureza e da crescente capacidade de compreender os impactos da atividade humana no meio ambiente, a crise

ambiental configura-se atualmente como um dos maiores desafios colocados à humanidade. E isso porque, a dominação da natureza, no interior da lógica da sociedade capitalista, extrapola os limites do controle social e ameaça tanto a biodiversidade terrestre quanto as condições de existência das gerações futuras. A tragédia é anunciada há décadas e, além dos diversos alertas emitidos pela comunidade científica desde os anos 1970, seus efeitos são sentidos no cotidiano de milhares de pessoas pelo mundo, sobretudo pelas populações mais vulneráveis, como evidenciam os relatórios internacionais produzidos pelas Conferências do Clima.

A pesquisa partiu da hipótese de que o desenvolvimento do conceito de *sustentabilidade*, sob o domínio capitalista, assume um caráter ideológico, funcionando como uma proposta de reforma do sistema que não enfrenta suas bases estruturais. Nesse sentido, o objeto de estudo — a *sustentabilidade* —, como alternativa aos problemas climáticos cada vez mais drásticos, mostra-se insuficiente enquanto resposta efetiva às crises ambientais contemporâneas, sobretudo no contexto de ascensão do neoliberalismo. A hipótese sustentou-se a partir de três conceitos fundamentais: *ideologia*, *alienação* e *natureza*.

A partir do referencial teórico do materialismo histórico-dialético e do legado marxiano, engelsiano e marxista, foi possível compreender que o desenvolvimento sustentável não resolve o problema das crises ambientais, mas tende a atuar como mecanismo de mitigação dos seus efeitos. Pois, a discussão sobre a crise ambiental não questiona as bases estruturais do modo de produção capitalista, que continuarão a produzir de crises e a serem orientadas pela expansão constante das forças produtivas e pela exploração da natureza. Portanto, o conceito de *alienação* mostrou-se central para compreender a relação entre ser humano e natureza, evidenciando que o desenvolvimento das forças produtivas constrói, simultaneamente, novas forças destrutivas e, com elas, novas crises em todos os âmbitos da vida humana.

De modo articulado, o conceito de *ideologia*, tal como elaborado por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, nos possibilitou compreender que a *sustentabilidade*, ao ser apropriada no contexto neoliberal, opera na superestrutura como uma forma de inversão e falseamento da realidade social, na medida em que apresenta interesses particulares como se fossem interesses universais e desloca para os indivíduos a responsabilidade pela superação das contradições produzidas pelas próprias relações sociais de produção. A ideologia se expressa como um sistema de ideias que contribui para manter a ordem vigente, deslocando o debate das causas estruturais da crise para soluções técnicas e gerenciais, já que se expressa sob a forma de poder político que garante a articulação entre *alienação* e *natureza*, na base material do sistema.

Portanto, a concepção de *sustentabilidade* opera como uma força ideológica ao apresentar de forma invertida as determinações da realidade social: interesses particulares são universalizados, enquanto as relações sociais que os sustentam são obscurecidas. Mas, essa inversão não se limita ao plano da representação, mas se inscreve na vida prática dos sujeitos, orientando formas de produzir e reproduzir a própria existência segundo uma racionalidade que privilegia interesses individuais e, sobretudo, materiais, dissociados da totalidade das relações sociais de produção. Assim, a propriedade privada dos meios de produção deixa de ser questionada e passa a ser naturalizada e apresentada como um direito universal, contribuindo para a reprodução das relações sociais vigentes.

Se a ideologia consiste em um sistema de ideias - expressa na superestrutura condicionada pelas relações materiais de produção -, o conceito de *sustentabilidade*, desde a sua gênese, é construído com a intenção de sustentar, dialeticamente, a vinculação entre os poderes econômico e político da sociedade neoliberal, e tem como fim perpetuar as formas de consciência, modo de pensar, e de reprodução e manutenção do modo de ser e produzir burguês. Esses conceitos nos permitem compreender que, mesmo diante do aprofundamento das sucessivas crises, em especial a da crise ambiental, que ameaça milhares de vidas ao redor do mundo e a possibilidade de sobrevivência de diferentes formas de vida no planeta. Apesar disso, a superação dessas contradições não se coloca como interesse da classe dominante, e não apenas porque tais crises são imanentes ao sistema capitalista, mas principalmente porque a superação dessas crises recorrentes, implica sobretudo, na superação do modo de produção capitalista.

A pesquisa evidenciou ainda que a insustentabilidade do próprio desenvolvimento sustentável, uma vez que a expansão contínua das forças produtivas do capital entra em contradição com os limites biofísicos da Terra. O sistema capitalista, ao se alimentar do aumento da produção, do consumo de mercadorias e da exploração intensiva de energia e matéria, produz simultaneamente riqueza e destruição ambiental. Ademais, observa-se que a sustentabilidade, sob o neoliberalismo, também se converte em uma ferramenta de marketing, que as empresas e instituições utilizam para justificar e legitimar práticas produtivas que mantêm o *status quo*. Mesmo atividades altamente poluentes ou intensivas em recursos naturais são apresentadas sob o selo de “sustentáveis”, apesar de serem produtoras de mercadorias e serviços que dependem de cadeias produtivas exploratórias e poluentes.

Sob essa perspectiva, o neoliberalismo - enquanto fase avançada do capitalismo imperialista e da mundialização do capital - intensifica o processo de alienação do ser humano em relação à natureza e à sua própria atividade sensível. O trabalho, tanto em seu produto quanto em seu processo, deixa de pertencer ao/as trabalhadores/as, reforçando sua condição de

mercadoria dentro das relações sociais capitalistas. Despojados dos meios necessários para realizar seu trabalho, os/as trabalhadores/as se tornam mercadorias que pertence ao capitalista, logo, ele deixa de ser dono de si, dono de seu tempo e de sua própria vida.

Portanto, conclui-se que a concepção de *sustentabilidade* e de *desenvolvimento sustentável*, ao não questionar as bases estruturais do sistema, atua como mecanismo de reprodução das relações capitalistas de produção. Assim, mais do que uma solução para a crise ambiental, ele contribui para sua administração e para a manutenção das condições que a produzem. Por fim, a pesquisa aponta que a crise ambiental está diretamente vinculada ao modo de produção capitalista e que sua superação exige a transformação das relações sociais que estruturam a forma como o ser humano se relaciona com a natureza e produz a sua vida.

REFERÊNCIAS

- BURGER, Michael; WENTZ, Jessica. *Climate change and human rights*. Nairobi: United Nations Environment Programme; New York: Sabin Center for Climate Change Law, Columbia University, 2015. Disponível em: <<https://wedocs.unep.org/rest/api/core/bitstreams/89c5d7e1-0ddc-4bbc-6713da18eab36db/content>>.
- BURKETT, Paul. *Marx and nature: a red and green perspective*. New York: St. Martin's Press, 1999.
- CARNEIRO, Bruna Beatriz Lemes. Cinema e educação: A dimensão dialética do cinema e seu papel na formação dos indivíduos. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2021. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6037>
- CARNEIRO, Bruna Beatriz Lemes. Ciências Sociais e Ideologia: Uma análise do desenvolvimento das Ciências Sociais à luz do materialismo histórico-dialético. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.326>.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. São Paulo: Portal Educação Ambiental, 2024. Disponível em <<https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2024/05/Nosso-Futuro-Comum.pdf>>. Acesso em: 09/02/2026.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Americanismo e revolução russa: formas históricas e revolução passiva. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, n. 13, mar. 1999. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dias/1999/03/americanismo.htm>>. Acesso em 22/02/2026.
- DUCLOS, Denis. *La nature: principale contradiction culturelle du capitalisme?*. In: *L'écologie, ce matérialisme historique*. **Actuel Marx**, nº 12. p. 41–58, Paris, 1992. DOI: 10.3917/amx.012.0041. Disponível em: <<https://shs.cairn.info/revue-actuel-marx-1992-2-page-41?lang=fr>>. Acesso em: 09/02/2022
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, n. 19, p. 31–36, 1999. Disponível em: <<https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/150/136>>. Acesso em: 09/02/2026.
- FOSTER, John Bellamy. Marx's theory of metabolic rift: classical foundations for environmental sociology. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 105, n. 2, p. 366–405, set. 1999a. Disponível em: <<https://urbanag.pbworks.com/f/JBF+rift.pdf>>.

FOSTER, John Bellamy. *The vulnerable planet: a short economic history of the environment*. New York: Monthly Review Press, 1999b.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

FRANCO, Carina Gomes. Neoliberalismo e a questão climática. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 9, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n9-180. Disponível em: <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/6886/4343>>. Acesso em: 09/02/2026.

FREITAS, Juarez; NÉLSIS, Rosane; NUNES, João Carlos. *A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável*. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NLZZZWfwtHXHYMMPKz5YtQB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 09/02/2026.

FREY, Karl. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 125-152, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/5BRhWwjxsv3CY3bY3njMRJs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 9 fev. 2026.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Colaboração Rose D. Friedman. Apres. Miguel Colasuonno: Trad. Luciana Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GOLDSMITH, Edward, ALLEN, Robert; ALLABY, Michael; DAVOLL, John; LAWRENCE, Sam. *Blueprint for survival*. London: Penguin Books, 1972.

GORZ, André. *L'écologie politique entre expertocratie et autolimitation*. In: *L'écologie, ce matérialisme historique*. **Actuel Marx**, nº 12, p. 15-29, Paris, 1992. DOI: 10.3917/amx.012.0015. Disponível em: <<https://shs.cairn.info/revue-actuel-marx-1992-2-page-15?lang=fr>>. Acesso em 02/02/2026.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Carcere: Americanismo e Fordismo*. Vol. 4. Ed. e Trad. Carlos N. Coutinho; Co-edição, Luiz S. Henrique; Marco A. Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: caderno 22 (V): 1934: americanismo e fordismo*. Trad. Lincoln Secco; Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. E-book (PDF). Título original: *Quaderni del carcere*. ISBN 978-65-83079-14-5.

GROPPO, Luís Antonio. Das origens ao colapso do Estado de Bem-Estar: uma recapitulação desmistificadora. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 20, p. 68-75, dez. 2005. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/12-Das-origens-ao-colapso-do-Estado-de-Bem-Estar.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Disponível em: <<https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>>. Acesso em: 09/02/2026.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Trad. e Ver. Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle; Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. ISBN 85-85054-16-6. Disponível em: <https://monergismo.com/wp-content/uploads/hayek-ocaminhodaservidao.pdf>. Acesso em: 09/02/2026.

HAYEK, F. A. *A arrogância fatal: os erros do socialismo*. Trad. Ana Maria Capovilla; Cândido Mendes Prunes. [S. l.]: Ortiz; Instituto Liberal, 1995.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate change 2023: synthesis report: contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_FullVolume.pdf>. Acesso em 22/02/2026.

KEYNES, J. Maynard. Am I a liberal? In: KEYNES, John Maynard. *Essays in persuasion*. New York: Norton, 1963. p. 323-338.

KEYNES, J. Maynard. A Short View of Russia. In: KEYNES, John Maynard. *Essays in persuasion*. New York: Norton, 1963. p. 297-322.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. Pesquisa e Organização de Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOSURDO, Domenico. O significado histórico da Revolução de Outubro. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 4, n. 4, p. 67-88, 1997. DOI: 10.53000/cma.v4i4.19874. Disponível em: <<https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19874/14359>>.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx e o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5ª ed. Rev. Trad. Juarez Guimarães; Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dZvstrPz9ncnrSQtYdsHb7D/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 18/02/2026.

LÖWY, Michael. *O que é o ecossocialismo?*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 54).

MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. 2ª. ed. São Paulo: Elefante, 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Org. e Int. Osvaldo Coggiola. Tradução Álvaro Pina; Ivana Jinkings. 1ª. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. e Intr. de Florestan Fernandes. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. Sel., Trad. e Notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 4. reimpr. Trad., Apres. e Notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *Para a questão judaica*. Trad. José B. Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família, ou, A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. 1ª. Ed Rev. Trad., Org. e Notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Sup. Edit. Leandro Konder. Trad. Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 2ª. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, WILLIAM, W. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. 1ª ed. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MOORE, Jason W. (Org.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.

MOORE, Jason W. Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. In: MOORE, Jason W. (org.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 1-13. Disponível em: <https://orb.binghamton.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=sociology_fac>.

NETTO, José Paulo. Prólogo. In: MARX, Karl. *Para a questão judaica*. Trad. José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

O'CONNOR, James. La seconde contradiction du capitalisme : causes et conséquences. Tradução de Nicolas Dubois. *Actuel Marx*, v. 12, n. 2, p. 30-40, 1992. DOI: <https://doi.org/10.3917/amx.012.0030>.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A construção do “desenvolvimento sustentável” sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da “crise ambiental”*. In: **CEMARX – Centro de Estudos Marxistas (Org.)**. *Anais do 5º Colóquio Internacional Marx & Engels*. Campinas: CEMARX/Unicamp, 2007. Disponível em:

<https://unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao2/Leandro_Oliveira.pdf>. Acesso em: 09/02/2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta das Nações Unidas. Disponível em: <<https://e4k4c4x9.delivery.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/CartadasNa%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em: 22/02/2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 22/02/2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Agenda 21*. Rio de Janeiro: ONU, 1992. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 22/02/2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). *Sobre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*. 2025. Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/who-we-are/about-us>>. Acesso em: 22/02/2026.

SAITO, Kohei. Os cadernos ecológicos de Marx. **Crítica Marxista**, Campinas-SP, v. 27, n. 50, pp. 193–214, 2020. DOI: 10.53000/cma.v27i50.19010. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19010>> Acesso em: 12 ago. 2026.

SILVA, A. Martins; OLIVEIRA, Ednéia Alves de. *Estado de bem estar social no Brasil: fato ou mito?* **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 10, n. 3, 26 jan. 2021. ISSN 2237-339X. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4475>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SOARES, Alessandra G.; SIMÕES, Catharina L. R.; ROMERO, Thiago G. *Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos*. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, n. 28, p. 193–223, jan./jun. 2020. DOI: 10.47284/2359-2419.2020.28.193223. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14194/9661>>. Acesso: 13 jan. 2026.

TAVARES, M. L. *Estado de Bem-Estar Social: um conceito em mutação*. **Labuta: Revista Eletrônica de Direito do Trabalho e Previdência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2025. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/labuta/issue/view/3377/687>>. Acesso: 15 jan. 2026.

UNICEF Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 22/02/2026.

UNRIC. *História da ONU*. Disponível em: <<https://unric.org/pt/historia-da-onu/>>.